

Estatísticas Monetárias e de Crédito

Nota para a Imprensa

27.4.2026

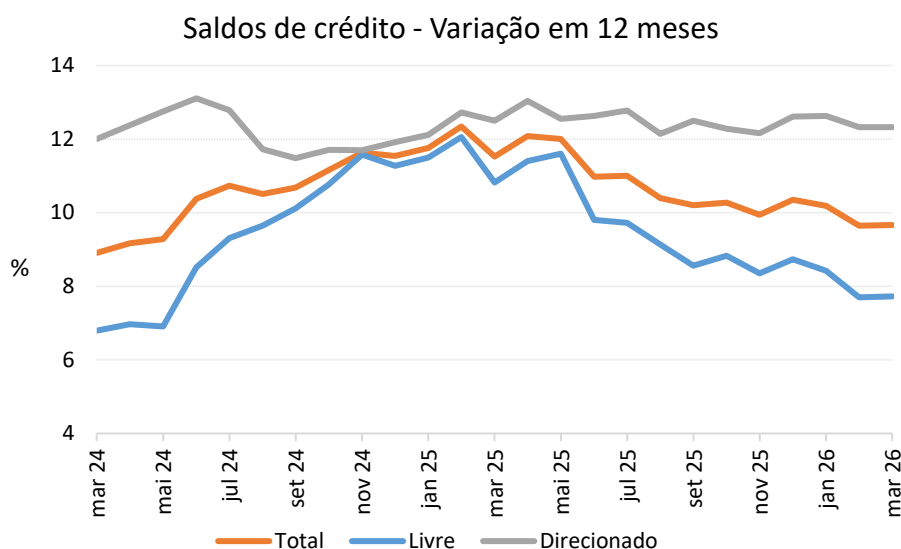
1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em março, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$21,0 trilhões (162,3% do PIB), com recuo mensal de 0,3%. Esse resultado refletiu, basicamente, a queda de 3,1% nos títulos públicos. Em doze meses, o crédito ampliado cresceu 11,2%, prevalecendo as elevações dos títulos públicos de dívida (+13,2%), dos empréstimos do SFN (+9,6%) e dos títulos emitidos no mercado doméstico e detidos por não residentes (+37,2%).

O crédito ampliado às empresas atingiu R\$7,1 trilhões em março (54,9% do PIB), com expansão mensal de 1,5%, resultado da elevação nos títulos privados de dívida (+2,6%), dos empréstimos externos (+2,0%) - impactados pela depreciação cambial de 1,36% no mês - e dos empréstimos do SFN (+0,9%). Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a expansão de 7,4% do crédito ampliado às empresas resultou, principalmente, dos incrementos de 19,4% em títulos privados de dívida e de 7,9% em empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

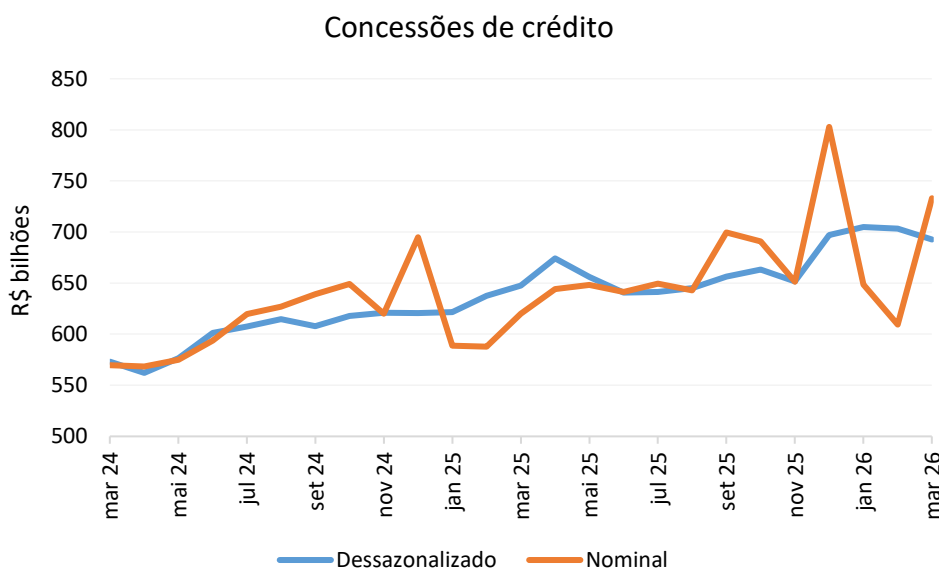
O saldo das operações de crédito do SFN avançou 0,9% no mês, somando R\$7,2 trilhões em março. Por segmento, o crédito total às empresas e as famílias alcançaram R\$2,7 trilhões e R\$4,5 trilhões, respectivamente, com expansões mensais de 1,1% e 0,8%, na mesma ordem. Em doze meses, o crédito total do SFN assinalou, basicamente, o mesmo ritmo de crescimento ocorrido no mês anterior, com avanço de 9,7% ante 9,6% até fevereiro deste ano. Na mesma base de comparação, ocorreram variações de 7,6% ante 7,2%, no crédito às pessoas jurídicas, e de 10,9% ante 11,2%, no crédito às pessoas físicas.



O crédito com recursos livres alcançou R\$ 4,1 trilhões em março, com incrementos de 1,1% no mês e de 7,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No crédito livre às pessoas jurídicas, o saldo somou R\$1,6 trilhão, com avanço mensal de 1,1% e de 1,2% em doze meses. Esse desempenho foi determinado, principalmente, pelas expansões em desconto de

duplicatas e outros recebíveis (+8,5%), influenciada por fatores sazonais, capital de giro com prazo inferior a 365 dias (+9,1%) e cartão de crédito à vista (+14,6%). No crédito às pessoas físicas, o saldo totalizou R\$2,5 trilhões, com avanços de 1,1% no mês e 12,3% em doze meses. Foram determinantes as expansões em cartão de crédito à vista (+2,2%), crédito consignado para trabalhadores do setor privado (+10,1%), modalidade na qual são classificadas as operações de Crédito do Trabalhador, e financiamentos para a aquisição de veículos (+0,8%).

O saldo de crédito direcionado cresceu 0,7% no mês e 12,3% em doze meses, totalizando R\$3,1 trilhões em março. Por segmento, o crédito direcionado às empresas e às famílias somaram R\$1,1 trilhão e R\$2,0 trilhões, respectivamente, com incrementos de 1,2% e 0,5% no mês e de 18,5% e 9,3% em doze meses, na mesma ordem.



As concessões nominais somaram R\$732,9 bilhões em março. Nas séries com ajuste sazonal, as concessões diminuíram 1,5% no mês, com retração de 2,1% nas operações com empresas e expansão de 0,2% nas operações com famílias. No acumulado em doze meses até março de 2026, as concessões nominais aumentaram 9,2%, com avanços de 9,6% nas concessões às pessoas

jurídicas e 8,9% nas destinadas às pessoas físicas.

A taxa média de juros das concessões alcançou 33,1% a.a. em março, com aumentos de 0,2 p.p. no mês e de 1,9 p.p. em doze meses. O *spread* bancário diminuiu 0,3 p.p. no mês e cresceu 2,4 p.p. em doze meses.

Nas operações de crédito com recursos livres, a taxa média de juros recuou 0,1 p.p. no mês e aumentou 4,4 p.p. em doze meses, ao situar-se em 48,3% a.a. Nas operações com as pessoas jurídicas, a taxa média alcançou 24,6% a.a., com diminuição de 0,1 p.p. no mês e incremento de 1,1 p.p. em doze meses, do efeito decorrente da variação das taxas médias (efeito taxa), atenuado pelo efeito da variação da composição das carteiras (efeito saldo). Nesse contexto, a redução da taxa média de juros do cartão de crédito rotativo (-64,1 p.p.) mostrou-se determinante para o resultado do mês.

No crédito livre às pessoas físicas, taxa média de juros atingiu 61,5% a.a., com recuo de 0,4 p.p. no mês e incremento de 4,7 p.p. em doze meses, sobressaindo o efeito da variação das taxas (efeito taxa). Ressalte-se a redução das taxas médias das modalidades de financiamento para a aquisição de veículos (-0,7 p.p.), crédito vinculado à composição de dívidas (-4,5 p.p.), bem como a maior participação da carteira de cartão de crédito à vista na composição da taxa média de juros do segmento de crédito livre às pessoas físicas.

Crédito com Recursos Livres

	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações mensais (p.p.)		
	fev/26	mar/26	Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	61,9	61,5	-0,3	-0,1	-0,4
Pessoa Jurídica	24,7	24,6	-0,2	0,1	-0,1
Total	48,4	48,3	-0,3	0,2	-0,1

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 24,1% a.a. em março, com recuo de 0,1 p.p. no mês e aumento de 1,5 p.p. em 12 meses.

A inadimplência do crédito total do SFN atingiu 4,3% da carteira, com redução de 0,1 p.p. no mês e aumento de 1,0 p.p. em doze meses. Nas operações com empresas e com as famílias, a inadimplência situou-se, respectivamente, em 2,7% e 5,3%, com reduções mensais de 0,1 p.p. e avanços de 0,5 p.p. e de 1,4 p.p. em doze meses, na mesma ordem.

No crédito com recursos livres, a inadimplência situou-se em 5,7%, com redução de 0,1 p.p. no mês e aumento de 1,2 p.p. em doze meses. Por segmento, as taxas de inadimplência do crédito livre às pessoas jurídicas e às pessoas físicas diminuíram 0,1 p.p. e 0,2 p.p. no mês e aumentaram 0,7 p.p. e 1,3 p.p. em doze meses, na mesma ordem.

O endividamento das famílias situou-se em 49,9% em fevereiro, aumentando 0,1 p.p. no mês e 1,3 p.p. em doze meses. O comprometimento de renda subiu 0,2 p.p. no mês e 1,9 p.p. em doze meses, alcançando 29,7%.

3. Agregados monetários

A base monetária alcançou R\$438,9 bilhões em março, com recuos de 2,3% no mês e de 1,0% em doze meses. No mês, os volumes de papel-moeda em circulação e de reservas bancárias diminuíram 0,1% e 12,2%, respectivamente.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, tiveram impacto expansionista, as operações com derivativos, R\$6,5 bilhões, e as operações do Tesouro Nacional, R\$80,2 bilhões. No sentido contracionista, as operações do setor externo, R\$5,5 bilhões, as operações com títulos públicos federais, R\$43,7 bilhões (resgates líquidos de R\$287,8 bilhões no mercado primário e vendas líquidas de R\$331,5 bilhões no mercado secundário) e os depósitos de instituições financeiras, R\$20,4 bilhões (recebimento de depósitos voluntários a prazo, -R\$25,4 bilhões, liberações de recolhimentos de recursos de caderneta de poupança, +R\$2,3 milhões, de depósitos a prazo em espécie, +R\$1,5 bilhão, e de depósitos de garantias em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$761 milhões).

Os meios de pagamento restritos (M1) totalizaram R\$628,7 bilhões, aumento de 0,5%, consequência da elevação de 0,5% no papel-moeda em poder do público e de 0,4% nos depósitos à vista. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 cresceu 0,4% no mês.

O M2 aumentou 0,5% em março, com saldo de R\$7,4 trilhões, com elevação de 0,8% no saldo dos depósitos a prazo (R\$ 3,7 trilhões). O saldo de títulos privados emitidos por instituições financeiras aumentou 0,6%, enquanto o saldo da poupança permaneceu estável, após captações líquidas negativas de R\$11 bilhões. Os saldos das letras financeiras e das letras de crédito avançaram 0,3% e 0,2%, respectivamente.

O M3 aumentou 0,6% no mês, totalizando R\$13,5 trilhões, refletindo os aumentos no M2 e no saldo das quotas de fundos monetários, que totalizou R\$5,8 trilhões em março. No mês, as operações compromissadas com títulos privados aumentaram 17,8, enquanto as operações com títulos públicos federais contraíram-se 2,8%. O M4 avançou 1,7% no mês, totalizando R\$15,1 trilhões, com aumento de 11,5% no saldo dos títulos federais em poder do público residente (R\$ 1,7 trilhão).